



Influência das Conexões Políticas na Evidenciação de Informações Socioambientais

RESUMO

Objetivo: Analisar a influência das conexões políticas na evidenciação de informações socioambientais.

Método: A amostra da pesquisa é composta por 370 empresas listadas na B³. Para determinar o nível de evidenciação socioambiental foram analisados os relatórios de sustentabilidade de 2016, com base nas diretrizes do Relato Integrado (RI). Quanto às conexões políticas, foram analisadas, a existência de participação acionária de político ou do governo em empresas e as doações realizadas pelas companhias às campanhas eleitorais, ambas relativas ao ano de 2014.

Originalidade/Relevância: A discussão no meio acadêmico nacional sobre os reflexos causados pelas conexões estabelecidas entre empresas e governo, principalmente considerando a evidenciação socioambiental como vertente afetada, ainda é incipiente.

Resultados: Os resultados não permitem afirmar o real efeito das conexões políticas sobre o índice de divulgação socioambiental, mas há indícios de uma influência negativa nesse âmbito. As influências do tamanho, participação da empresa na carteira ISE e da atuação da empresa em segmento regulamentado, sobre o nível de evidenciação socioambiental, são explicadas pela Teoria da Legitimidade.

Contribuições teóricas/metodológicas: Percebe-se indícios de que no Brasil o efeito das conexões políticas sobre a evidenciação socioambiental é negativo, em decorrência do ambiente institucional fraco, com regras e regulamentos deficitários. Ressalta-se a importância da evidenciação dessas informações, dado o crescente impacto econômico, social e ambiental proporcionado pelas companhias na região em que atuam e à sociedade em geral.

Palavras-chave: Conexões Políticas; Governo; Evidenciação Socioambiental; Relatório de Sustentabilidade.

How to Cite (APA)

Koprowski, S., Nardi, M., Rizzi, D. I., Mazzioni, & Moura, G. D. de. (2019). Influência das Conexões Políticas na Evidenciação de Informações Socioambientais. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 22 (2), 299-315. http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2019v22n2a9

Sirlene Koprowski

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Santa Catarina, Brasil
E-mail: sirlene.koprowski@unochapeco.edu.br

Marcelo Nardi

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Santa Catarina, Brasil
E-mail: mcenardi@unochapeco.edu.br

Denise Isabel Rizzi

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, Brasil
E-mail: deniserizzi@unochapeco.edu.br

Sady Mazzioni

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Santa Catarina, Brasil
E-mail: sady@unochapeco.edu.br

Geovanne Dias de Moura

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Santa Catarina, Brasil
E-mail: geomoura@terra.com.br

Recebido: fevereiro 11, 2019

Revisado: maio 21, 2019

Aceito: julho 08, 2019

Publicado: agosto 31, 2019



1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira, de certa forma, sempre foi dependente do Estado, em função de sua capacidade de investimento e consequente alavancagem econômica. Na década de 90, a privatização de algumas empresas, em determinados setores, no Brasil, associado ao baixo investimento governamental, obrigaram as empresas a procurar alternativas de financiamento. Dentre elas, surgiram as conexões políticas, que correspondem aos meios de interligação das empresas com o Governo (Huang & Zhao, 2016; Macedo, Silva, & Machado, 2015).

As conexões políticas se dão por meio de relações entre empresas e políticos, sendo que ambos objetivam interesses próprios (Pinheiro, Luca, & Vasconcelos, 2016). As empresas, por conta da dependência de recursos procuram, por meio da firmação de vínculos políticos, o alcance de seus interesses ao passo que buscam proteger-se de cenários adversos que possam modificar a conexão política estabelecida. Os membros políticos, por sua vez, têm conhecimento das diversas necessidades das empresas por recursos e informações privilegiadas e, assim, se utilizam desta relação com o intuito de aumentar sua credibilidade e conquistar reputação (Camilo, Marcon, & Bandeira-de-Mello, 2012a).

Em ambientes com intensa regulamentação relacionada aos conflitos de interesses políticos e em sistemas mais transparentes com relação à divulgação de informações aos usuários, geralmente, as conexões políticas ocorrem em menor intensidade. Provavelmente, o último fator decorre da facilidade de identificação destes relacionamentos proporcionada pela evidenciação dos dados. Em contrapartida, tais ligações tornam-se mais comuns em países que apresentam maiores níveis de corrupção (Faccio, 2006).

O Brasil é considerado um país com elevados níveis de corrupção, condição reiterada no índice de percepção de corrupção da agência de Transparência Internacional (2017), em que o país ocupou a posição de 96º colocado, admitindo que a lista continha 180 países e estava organizada em ordem crescente de nível de corrupção. Aliado ao problema da corrupção tem-se a deficiência do sistema legal do país em oferecer garantias aos investidores privados, além de fatores que favorecem as conexões políticas, como a estrutura política, relação clientelista, falta de um forte associativismo empresarial, dentre outros (Camilo *et al.*, 2012a).

Ao passo que o atual cenário brasileiro, torna-se apropriado para interligações políticas entre empresas e Governo, percebe-se também um aumento da cobrança sobre as organizações por uma postura responsável e correta, vinda da comunidade, de investidores, fornecedores, consumidores e demais *stakeholders*, interessados não mais somente em informações de caráter econômico-financeiro, mas em evidenciações de informações socioambientais (Czesnat & Machado, 2012).

Pode-se constatar o aumento na evidenciação de informações socioambientais pelas organizações, tal fato se deve pela preocupação das empresas em serem tidas como responsáveis frente à sociedade e ao ambiente em que atuam, constituindo-se a divulgação dessas informações em instrumento de legitimação (Sampaio, Gomes, Bruni, & Dias Filho, 2012). Nesta concepção, a legitimidade social é obtida pelas empresas quando seus valores e crenças se alinham com aqueles que a sociedade julga como corretos (Czesnat & Machado, 2012).

Admitindo os pressupostos da Teoria da Legitimidade, tem-se a existência de certos contratos sociais das empresas com a sociedade em que estão inseridas, que permeiam um conjunto de expectativas tanto explícitas, quanto implícitas entre essas duas partes, em relação à forma como as organizações devem atuar (Dias Filho, 2007; Muttakin, Mihret & Khan, 2018).

No meio acadêmico, a temática conexão política vem sendo alvo recente de diversos estudos que têm abordado a sua relação com diferentes variáveis, como por exemplo: desempenho (Pinheiro *et al.*, 2016), valor de mercado (Camilo, Marcon, & Bandeira-de-Mello, 2012b), percepção de analistas (Macedo *et al.*, 2015); estrutura de propriedade (Brey, Camilo, Marcon, & Alberton, 2011).

Diante do exposto, percebe-se que os efeitos das conexões políticas em relação à evidenciação de informações socioambientais em empresas brasileiras ainda são pouco ou, quase, não investigados, resultando em uma interessante lacuna, que proporcionou a questão de pesquisa: qual a influência das conexões políticas na evidenciação de informações socioambientais? Dessa forma, têm-se como objetivo analisar a influência das conexões políticas na evidenciação de informações socioambientais.

Apesar de algumas pesquisas demonstrarem a existência de um efeito positivo das conexões políticas sobre o nível de divulgação de informações referentes à responsabilidade ambiental corporativa, tais como Dicko, Khemakhem e Zogning (2019), Huang e Zhao (2016) e Zhang (2017), outros, como por exemplo Cheng, Wang, Keung e Bai (2017) e Muttakin et al. (2018) encontraram que as conexões estão associadas a divulgações reduzidas. Assim, o estudo justifica-se pela importância em analisar os efeitos da relação empresa-governo sobre o repasse de informações socioambientais aos interessados, admitindo o atual contexto político brasileiro.

Como contribuição ao meio acadêmico, percebe-se indícios de que no Brasil o efeito das conexões políticas sobre a evidenciação socioambiental pode apresentar-se negativo, em decorrência de seu ambiente institucional ser considerado fraco, com regras e regulamentos deficitários. Nesses ambientes, as conexões podem facilitar o acesso a subsídios, financiamentos a juros mais baixos, benefícios fiscais, influenciando para que a necessidade de divulgar informações seja menos importante.

Outra contribuição da pesquisa refere-se à proposição de que, o tamanho da empresa, a participação na carteira ISE e a atuação em segmento regulado, exercem influência positiva sobre o nível de evidenciação socioambiental e que tal aspecto, apresenta-se em conformidade com o pressuposto pela Teoria da Legitimidade.

Quanto à questão prática e social, o estudo visa contribuir com o entendimento e discussão sobre como as relações firmadas entre empresas e governo, já muito conhecidas no contexto brasileiro, mas pouco estudadas, interferem na prática de divulgação de informações socioambientais das organizações. Ressalta-se o impacto econômico, social e ambiental que as empresas causam em comunidades, regiões e países, tornando-se imprescindível o repasse de informações sobre sua atuação, para a sociedade em geral.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evidenciação de Informações Socioambientais

A sociedade vem exercendo forte pressão sobre os governos e empresas para a redução dos impactos impresumíveis que as atividades empresariais têm causado, a exemplo da poluição da atmosfera, degradação do meio ambiente, escassez e poluição de lençóis freáticos, além de desemprego, corrupção, discriminação e desigualdades sociais. Consequentemente, governos e empresas têm procurado praticar suas atividades de forma sustentável, conciliando a responsabilidade de promover soluções que satisfaçam as necessidades de uma população sem comprometer os recursos para as gerações futuras (Leite Filho, Prates, & Guimarães, 2009).

Com o propósito da harmonização da questão financeira com o pensamento emergente sobre o meio ambiente, as informações inerentes à sustentabilidade tornaram-se imprescindíveis com o passar dos anos (Elkington, 2012).

Evidenciar é divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais (*stakeholders*), considerando que os demonstrativos financeiros e outras informações de evidenciação não devem ser enganosos (Tinoco & Kraemer, 2004). Assim, objetivando obter por parte das empresas maior transparência das atividades corporativas e conciliando informações focadas para os assuntos não financeiros da organização, foram implantados alguns modelos de relatórios direcionados à sustentabilidade, por exemplo, o *Global Reporting Initiative* (GRI), o relatório IBASE, o Balanço Contábil das Nações (BCN), entre outros (Silva, 2014).

O GRI é atualmente o modelo mais usual utilizado pelas empresas para relatar as atividades voltadas para a sustentabilidade. É também, o único modelo aceito mundialmente e desde seu início, em 1997, a entidade tem focado suas atividades no desenvolvimento de um padrão para relatórios que abordem os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações. Que também sejam rotineiros e passíveis de comparação, a exemplo dos relatórios financeiros, conforme apontado pelo Instituto Ethos, que é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável.

Apesar desta aceitação significativa por parte das empresas em relação às diretrizes do GRI, há estudos que criticam as atuais diretrizes deste modelo, produzindo argumentos sobre uma desconexão temporal do modelo, por não indicar informações de médio e longo prazo, somente evidenciando informações correntes. Outro ponto negativo refere-se ao fato que o GRI contém informações dispersas, numerosas e estatísticas, dificultando a compreensão do todo (Freitas & Freire, 2017; Lozano & Huisinigh, 2011).

No ano de 2013, uma nova abordagem foi apresentada pelo Conselho Internacional de Relatório Integrado (*International Integrated Reporting Council – IIRC*), modelo mais moderno e abrangente para a preparação e a divulgação de informações financeiras e não financeiras ao mercado. Nomeado como Relatório Integrado (RI), objetiva reunir informações relevantes sobre estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma empresa, de modo a refletir o contexto comercial, social e ambiental nos quais opera, auxiliando os gestores na tomada de decisão (Perez Júnior, Olivieri Neto, & Silva, 2014).

As premissas do RI alinham-se às demandas por informações mais prudentes e buscam mobilizar os negócios e o mercado de capitais para reavaliar o entendimento externo sobre a criação de valor a curto, médio e longo prazo. Neste contexto, as empresas devem ter mais clareza sobre o direcionamento de valor dos negócios e geri-los de forma mais adequada. Da mesma maneira, os provedores de capital passariam a considerar os riscos de oportunidade com perspectiva de futuro na valorização das companhias e nas suas decisões de investimento (Nichi, 2016).

A exemplo de outros estudos prévios, Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) investigaram possíveis fatores capazes de influenciar na probabilidade de publicação do relatório de sustentabilidade ou RI, analisando 386 companhias listadas na B3 nos anos de 2011 a 2014. O estudo constatou que o tamanho e a participação da empresa na carteira do ISE impactam de forma positiva sua probabilidade de publicação de um dos relatórios.

Outro estudo relevante nacional é o de Murcia (2009), que investigou os fatores que explicam o nível de divulgação voluntária de companhias abertas no Brasil. A amostra do estudo foi composta pelas cem maiores companhias abertas, não financeiras, listadas na B3 e a análise da evidenciação voluntária foi realizada a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), do exercício findo em 2007. No modelo de evidenciação socioambiental

as variáveis significativas foram desempenho de mercado (Q de Tobin), setor e origem de controle. Os resultados apontaram que grandes empresas e aquelas com melhores práticas de governança corporativa possuíam maiores níveis de evidência voluntária. Constatou, também, que a regulação setorial, especificamente no setor elétrico, era um fator significativo para explicar o nível de evidência voluntária das companhias abertas.

2.2 Conexões Políticas e Evidência de Informações Socioambientais

Com o processo de privatização, que marcou a década de 1990 no Brasil, o governo passou a integrar a estrutura societária de várias companhias do setor privado. A consequência de tal participação pode acarretar a interferência do governo na definição de objetivos, estratégias, além do desempenho e sobrevivência dessas organizações (Brey *et al.*, 2011).

Este cenário proporciona uma dupla relação de interesse entre empresas e governo. Primeiramente as empresas, ao necessitarem de fontes de financiamento para quitação de dívidas e para investimentos nos negócios, ou, por simplesmente atuarem em um segmento que tem forte regulação, buscam intensificar suas estratégias políticas. Em outra vertente, o governo desempenha um papel de protagonista na economia, no controle e liberação de recursos financeiros, deliberação de políticas públicas e até mesmo, atuando na composição do capital das companhias como acionista (Camilo *et al.*, 2012b).

Alguns cientistas sociais denominam as relações existentes entre governo e empresa como clientelismo, por justamente ocorrer como a expressão sugere: a companhia oferece apoio ao político e este, por sua vez, terá sua atuação voltada aos interesses de seu cliente (Lazzarini, 2011). Tais relacionamentos, também denominados de conexões políticas, encontram-se de certa forma, disseminados no Brasil, mesmo com os mecanismos de instituições de mercado, que não conseguem capturar todas as formas existentes e suas consequências (Camilo *et al.*, 2012b).

Há diversas possibilidades de uma empresa estar conectada politicamente. Com base na revisão de literatura e considerando conceitos de vários outros autores, Macedo *et al.* (2015) destacam os tipos de conexões políticas existentes, classificando-as em explícitas e implícitas, conforme Figura 1.

EXPLÍCITAS	IMPLÍCITAS
Estrutura de Propriedade: governo e suas organizações como acionistas da empresa;	Estrutura de Propriedade: participação em empresas através de estrutura piramidal, ou seja, o governo é sócio de uma empresa e essa é proprietária/sócia de outra;
<i>Board of directors</i> e outros conselhos: presença de político, ex-político, filiados de maneira geral à partidos políticos ou altos funcionários nos conselhos ou diretoria;	<i>Board of directors</i> e outros conselhos: pessoas que são ligadas, no entanto, não dispõem de filiação partidária ou de histórico de ligação com governo;
Financiamento de Campanha: doação da empresa e/ou seus sócios para campanhas políticas;	Financiamento de Campanha: doações de membros dos conselhos de empresas para campanhas políticas;

Figura 1. Tipos de conexões políticas

Nota. Fonte: Adaptado de Macedo, J. M.A., Silva, C. A. T., & Machado, M. A. V. (2015). Conexões políticas e as empresas brasileiras: um estudo experimental sobre as decisões de investimento no mercado de capitais. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 8(2), 157-178.

Organizações que são conectadas ao governo ou a algum político, por meio de algumas das formas expostas na Figura 1, podem utilizar-se dessa estratégia política como forma de agregar valor para si e aumentar seu desempenho (Macedo *et al.*, 2015). A exemplo deste aspecto, se percebe que conexões políticas podem resultar em aumento de valor da firma, conforme demonstraram Camilo *et al.* (2012b), que utilizaram os indicadores Q de

Tobin e *market-to-book* e perceberam que as empresas usufruíam de benefícios dessas relações em períodos de maior incerteza política. Claessens, Feijen e Laeven (2008) constataram que nas campanhas eleitorais de 1998 e 2002, empresas brasileiras que doaram recursos a deputados federais eleitos, tiveram maiores retornos de ações em relação a empresas que não efetuaram tal procedimento, além do aumento substancial de financiamento bancário

Além de melhor desempenho as conexões políticas podem influenciar para que as empresas obtenham recursos-chave mais facilmente, tais como empréstimos bancários de longo prazo a juros menores, benefícios fiscais e subsídios governamentais, que ajudam a reduzir restrições financeiras que dificultam investimentos socioambientais. Deste modo, pode haver um maior encorajamento das empresas para este tipo de investimento (Huang & Zhao, 2016; Zhang, 2017). Ressalta-se ainda que as empresas politicamente conectadas, muitas vezes, como contrapartida aos benefícios obtidos, precisam atender às necessidades do governo, como cuidar dos aspectos socioambientais (Huang & Zhao 2016).

Nesse sentido, visando manter e reforçar as conexões, as empresas podem tentar preencher as necessidades do governo e assumir responsabilidades sociais, que originalmente não caberiam a elas (Lin, Tan, Zhao & Karim, 2015). De acordo com Siegel (2009) e Zhang (2017), empresas politicamente conectadas são mais propensas a receberem atenção dos *stakeholders* em geral. Por isso, tendem a se envolver mais em práticas socioambientais, visando um aprimoramento da reputação e melhores relações com trabalhadores, clientes, fornecedores, governo e sociedade em geral.

Outro aspecto importante se refere ao fato de que quando o governo deixa de fornecer serviços públicos adequados, ele procura facilitar financiamentos adicionais para que empresas se envolvam também em ações que beneficiem a sociedade. Sendo assim, o Governo, informalmente, pode pressionar as empresas politicamente conectadas para que realizem e divulguem mais informações socioambientais (Zhang, 2017).

Por outro lado, a existência de conexões pode desviar o foco das empresas para objetivos políticos, como fornecer empregos desnecessários, empregar políticos não qualificados em cargos diversos, ou, aumentar salários de colaboradores politicamente conectados, por exemplo. Pode ainda haver relutância em iniciar demissões de funcionários para reduzir custos operacionais. Essas características que elevam o custo tendem a desestimular as iniciativas socioambientais, tornando-as inoportunas para os gestores (Cheng et al., 2017; Huang & Zhao, 2016; Liedong & Rajwani, 2018).

De modo geral, gestores são relutantes em incorrer em despesas que não proporcionam benefícios financeiros imediatos. E, as ações socioambientais podem exigir investimentos significativos em novos equipamentos e coordenação funcional dos funcionários, enquanto as recompensas podem se materializar a longo prazo. Ademais, em países menos desenvolvidos, os benefícios que as empresas obtêm por meio das conexões políticas, como financiamentos a juros mais baixos, benefícios fiscais, facilidade no acesso a subsídios, reduzem a necessidade de realizar ações e divulgar informações socioambientais porque não proporcionarão benefícios adicionais (Muttakin et al., 2018; Zhang, 2017). Autores como Cheng et al. (2017), Dicko et al. (2019) e Muttakin et al., (2018) descrevem que em países menos desenvolvidos as conexões políticas são utilizadas como uma forma de seguro contra o não cumprimento de aspectos regulatórios e falta de divulgação de informações.

Nesse contexto se estabelece a hipótese da pesquisa:

Há uma relação negativa entre conexões políticas e o nível de evidenciação socioambiental.

Espera-se que em companhias abertas brasileiras as conexões políticas influenciem para redução do nível de evidenciação socioambiental, de forma similar aos estudos de Cheng et al. (2017) e Muttakin et al., (2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo realizou-se pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa. A população da pesquisa abrange as 441 empresas listadas na B3, pertencentes aos diversos segmentos econômicos, das quais 71 foram excluídas por não apresentarem dados suficientes na base de dados Economatica® ou nos demonstrativos divulgados no site da B3, para cálculo de todas as variáveis.

	Descrição	Métrica	Fonte	Autores de base
Variável dependente	Nível de evidenciação socioambiental = NES	Número de itens atendidos em relação ao número total de itens da estrutura do IIRC (2015).	Relatórios publicados pelas empresas.	Pinho e Carneiro (2014); Ricardo et al. (2017).
Variáveis independentes	Doação para campanha eleitoral = CON_DOA	A companhia realizou doação para campanha eleitoral no ano de 2014: Sim = 1; Não = 0.	Sítio: www.asclaras.org.br	Camilo et al. (2012a); Macedo et al. (2015); Pinheiro et al. (2016).
	Participação acionária de político ou do governo de forma direta ou indireta = CON_PART	Havia participação acionária de político ou do governo de forma direta ou indireta no ano de 2014: Sim = 1; Não = 0.	Formulário de Referência: Seção 6.3; Seção 8.1; Seção 15.2; Seção 15.4; Seção 15.5.	Ding, Li e Wu (2018); Haider, Liu, Wang e Zhang (2017).
	Nível de sustentabilidade = ISE	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 para empresas pertencentes a carteira ISE em 2016 e 0 para as demais.	Site da B3	Pinho e Carneiro (2014); Ricardo et al. (2017).
	Retorno sobre Ativos = ROA	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Banco de Dados Economatica®	Murcia (2009); Ricardo et al. (2017).
	Negociação no exterior = EXTERIOR	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 para empresas com negociações de ações nas bolsas BCBA, BMV e NYSE e 0 para as demais.		Bozzolan e Ipino (2007).
	Market-to-book = MTB	$\frac{\text{Valor de Mercado}}{\text{Patrimônio Líquido}}$		Lanis e Richardson (2012).
	Tamanho = TAM	Logaritmo natural do valor contábil do ativo total no final do período.		Murcia (2009); Pinho e Carneiro (2014); Ricardo et al. (2017).
	Crescimento de vendas = CV	$\frac{\text{Valor das vendas do ano 2} - \text{vendas do ano 1}}{\text{vendas do ano 1}}$		Gaio (2010); Murcia (2009).
	Setor econômico = REGULADO	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 para empresas constantes em setores econômicos regulamentados pelas agências reguladoras: ANATEL, ANEEL, ANP, ANVISA, ANA, ANTAQ, ANTT, ANCINE, ANAC e 0 para demais.		Murcia (2009); Ricardo et al. (2017); Santos, Marcello, Zonatto e Toledo Filho (2012).

Figura 2. Constructo da pesquisa

Assim, a amostra final da pesquisa é composta por 370 empresas listadas na B3 e que continham todos os dados para as análises propostas neste estudo. Desse total, apenas 122 companhias divulgaram em seus *websites* os relatórios de sustentabilidade no ano de 2016, durante o período de realização da pesquisa.

Para coleta do nível de evidenciação de informações socioambientais, procedeu-se com análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, considerando uma lista de verificação das áreas de atuação conforme as diretrizes do Relato Integrado (RI), composta por 31 itens e elaborada a partir do estudo de Frías-Aceituno, Rodríguez-Ariza e García-Sánchez (2013).

Para cada item da lista considerou-se a presença ou não da informação requerida no relatório divulgado, avaliando-se a forma qualitativa, quantitativa e monetária. Assim, para cada característica da informação (qualitativa, quantitativa e monetária) atribuiu-se 1 (um) ponto se evidenciada ou 0 (zero), caso contrário. Deste modo, cada item poderia receber de 0 (zero) a 3 (três) pontos. Como a lista de verificação contém 31 itens, a pontuação máxima permitida para cada empresa seria de até 93 pontos (31 pontos para qualitativa, 31 pontos para quantitativa e 31 pontos para monetária).

A Figura 2 apresenta o constructo da pesquisa. Vale destacar que, no caso das empresas financeiras, utilizou-se para cálculo do crescimento de vendas (CV), as receitas de intermediação financeira, coletadas nos demonstrativos financeiros divulgados no site da B3.

Para analisar a influência das variáveis explicativas sobre a variável dependente, explicitadas no constructo da pesquisa demonstrado na Figura 2, utilizou-se o seguinte modelo:

$$NES_{it} = \beta_0 + \beta_1 NGC_{it} + \beta_2 AUD_{it} + \beta_3 ROA_{it} + \beta_4 ISE_{it} + \beta_5 EXTERIOR_{it} + \beta_6 MTB_{it} + \beta_7 CON_DOA_{it} + \beta_8 CON_PART_{it} + \beta_9 TAM_{it} + \beta_{10} CV_{it} + \beta_{11} REGULADO_{it} + \varepsilon$$

Para assegurar a confiabilidade dos resultados, foram considerados os pressupostos aplicados à regressão linear múltipla, incluindo a multicolinearidade, a autocorrelação de resíduos, a distribuição normal dos resíduos e a homocedasticidade (Fávero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta seção contém a descrição e análise dos dados. Primeiramente, apresentam-se as estatísticas descritivas de todas as variáveis que compõem a pesquisa. Em seguida, expõem-se os coeficientes auferidos da regressão linear, que buscou verificar o poder preditivo do conjunto de variáveis independentes sobre a dependente (nível de evidenciação total de informações socioambientais).

4.1 Análise univariada

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis que compõem o estudo. Em relação à evidenciação de informações socioambientais, vale destacar que apenas 122 empresas das 370 companhias da amostra divulgaram os relatórios de sustentabilidade. Assim, o nível médio de divulgação, admitindo a totalidade das empresas estudadas, ficou em 17,7%, considerando-se as três características da informação em conjunto.

Adicionalmente, na Tabela 1 apresenta-se, separadamente, as características qualitativa, quantitativa e monetária das informações evidenciadas pelas empresas em seus relatórios, sendo que os percentuais médios foram de 28%, 16% e 9%, respectivamente. Ou seja, é possível perceber que as empresas divulgam com maior intensidade informações de caráter qualitativo, comparativamente as de âmbito quantitativo e monetário, nessa ordem.

Quanto às conexões políticas, nota-se que, em média, 18% da amostra do estudo realizaram doações à candidatos para campanhas eleitorais em 2014. Já as empresas

conectadas politicamente por meio da participação acionária do governo, representam em média 10% da amostra.

Tabela 1
Estatística descritiva

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
NES_QUAL	370	0	1	0,28	0,407
NES_QUANT	370	0	0,871	0,16	0,247
NES_MON	370	0	0,677	0,09	0,155
NES_TOT	370	0	0,85	0,177	0,262
ROA	370	-33,278	4,528	-0,075	1,761
ISE	370	0	1	0,09	0,289
EXTERIOR	370	0	1	0,05	0,21
MTB	370	-6,511	76,267	1,362	4,542
CON_DOA	370	0	1	0,18	0,381
CON_PART	370	0	1	0,1	0,304
TAM	370	1,255	9,154	6,296	1,018
REGULADO	370	0	1	0,235	0,425
CV	370	-2,217	7,74	0,037	0,706

Conforme observado na Tabela 1, da amostra total do estudo (370 empresas), cerca de 9% das companhias integravam a carteira ISE de 2016, apenas 5% da amostra negociava ações em bolsa de valores estrangeiras (BCBA, BMV e NYSE) e 23,5% das companhias pertenciam aos setores regulamentados por agências específicas (ANATEL, ANEEL, ANP, ANVISA, ANA, ANTAQ, ANTT, ANCINE, ANAC).

Considerando os indicadores de retorno sobre ativos (ROA) e *market-to-book* (MTB), percebe-se que a razão média entre o lucro líquido e o ativo total das empresas, corresponde a um valor de -0,075, sendo que o valor mínimo percebido neste indicador equivale a -33,278, o que indica ocorrência de prejuízos nas companhias analisadas durante o período em estudo. Já a razão entre o valor de mercado da empresa e seu patrimônio líquido, apresentou um valor médio de 1,362. Destaca-se também, nesta variável, o seu valor mínimo (-6,511) e máximo (76,267), constatando certo distanciamento entre tais dados.

Por fim, o logaritmo médio do ativo total, correspondente ao tamanho da empresa, teve um valor de 6,296 entre as empresas analisadas. Enquanto o crescimento médio de vendas obteve uma razão de 0,037, sendo que os valores mínimo e máximo, também se apresentaram bem discrepantes (-2,217 e 7,740, respectivamente).

4.2 Análise multivariada

Na Tabela 2, são apresentados os coeficientes da regressão, que permitem analisar a influência das variáveis explicativas do estudo sobre a evidenciação total de informações socioambientais das empresas da amostra (variável dependente).

Destaca-se que, os testes F-ANOVA foram significantes ao nível de 1%. O R² ajustado ficou entre 31,8% e 32% nos três modelos analisados, ou seja, pode-se dizer que, aproximadamente 32% das variações no nível de evidenciação de informações socioambientais, feitas pelas empresas em seus relatórios anuais de sustentabilidade, são explicadas pelo conjunto de variáveis independentes selecionadas.

Em pesquisa semelhante, Correa, Gonçalves, Sanches e Moraes (2017) consideraram as variáveis tamanho, rentabilidade e endividamento, auferindo um R² ajustado de 30,5%.

Murcia e Santos (2009) utilizando as variáveis setor, internacionalização, tamanho e governança, auferiram um R² ajustado de 32%, sendo este o poder explicativo do modelo sobre o nível de *disclosure* voluntário das empresas.

Tabela 2

Coefficientes da equação da influência das variáveis explicativas no Nível de Evidenciação Total

Variáveis	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3		
	B	t	Sig.	B	t	Sig.	B	t	Sig.
(Constante)	-0,563***	-7,014	0,000	-0,569***	-7,047	0,000	-0,573***	-7,053	0,000
CON_DOA	-0,011	-0,350	0,726				-0,014	-0,467	0,641
CON_PART				-0,030	-0,746	0,456	-0,032	-0,807	0,420
ROA	-0,012*	-1,745	0,082	-0,012*	-1,744	0,082	-0,012*	-1,753	0,080
ISE	0,153***	3,481	0,001	0,153***	3,485	0,001	0,153***	3,482	0,001
EXTERIOR	0,069	1,187	0,236	0,070	1,195	0,233	0,070	1,198	0,232
MTB	0,006**	2,231	0,026	0,006**	2,284	0,023	0,006**	2,305	0,022
TAM	0,111***	8,509	0,000	0,112***	8,566	0,000	0,113***	8,514	0,000
CV	0,005	0,283	0,777	0,007	0,404	0,686	0,007	0,406	0,685
REGULADO	0,067**	2,388	0,017	0,073**	2,615	0,009	0,071**	2,494	0,013
R ² ajustado		0,319			0,320			0,318	
F-ANOVA		22,610***			22,691***			20,151***	
Durbin-Watson		1,863			1,865			1,861	
Pesarán-Pesarán		0,093			0,056			0,064	
VIF		<2			<2			<2	

Nota. *** Significativo ao nível de 1%; ** Significativo ao nível de 5%; * Significativo ao nível de 10%.

De acordo com a Tabela 2, as conexões políticas, identificadas tanto por meio de doações de empresas às campanhas eleitorais, como pela participação acionária do governo, não apresentaram coeficientes significativos em nenhum dos modelos. Em razão da falta de significância, apesar de todos os coeficientes serem negativos, não é possível afirmar estatisticamente, que as conexões políticas influenciam para redução do nível de evidenciação de informações socioambientais das empresas analisadas.

Logo, rejeita-se a hipótese da pesquisa, de que há uma relação negativa entre conexões políticas e o nível de evidenciação socioambiental, conforme demonstraram Cheng et al. (2017) e Muttakin et al. (2018). Os coeficientes negativos da pesquisa também divergem do estudo de Zhang (2017), no qual foi percebido um efeito positivo das conexões políticas na propensão das empresas chinesas se envolverem em questões de responsabilidade ambiental corporativa, especificamente quanto à evidenciação de informações sobre esse aspecto. Da mesma forma, é divergente dos resultados da pesquisa de Gu, Ryan, Bin e Wei (2013), que buscaram averiguar a existência de uma relação entre as conexões políticas, identificadas por meio ligações dos altos gerentes de hotéis chineses com o governo, e a adoção de políticas de responsabilidade social corporativa, constatando uma relação positiva entre tais variáveis.

É possível observar que, nos três modelos de regressão, a participação no ISE (ISE) e o tamanho das empresas (TAM) apresentaram coeficientes positivos e significativos (ao nível de 1%). Os resultados permitem inferir que, tais características das empresas da amostra, influenciam para um maior nível de evidenciação de informações socioambientais. Nesse sentido, estes achados corroboram com o estudo de Ricardo *et al.* (2017), que constataram o

impacto positivo de tais fatores (ISE e TAM) sobre a probabilidade de publicação dos relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados de empresas da B3. Ainda em relação as variáveis TAM e ISE, o estudo corrobora com os achados por Rover, Tomazzia, Murcia e Borba (2012) e, especificamente em relação ao tamanho, os resultados também convergem com os achados de Correa *et al.* (2017) e Murcia e Santos (2009).

Da mesma forma, a variável que capta a atuação da empresa em segmento regulamentado (REGULADO), apresentou coeficiente positivo e significativo (ao nível de 5%), permitindo inferir que há influência desta variável no nível de divulgação de informações socioambientais pelas empresas que compõem a amostra do estudo. Ou seja, organizações pertencentes a setores com regulamentação específica, tem uma maior tendência em repassar informações sobre seu desempenho sustentável aos seus interessados. Tal achado corrobora com as constatações do estudo de Murcia e Santos (2009).

O *market-to-book* (MTB) também apresentou coeficiente positivo e significativo (ao nível de 5%), permitindo inferir que empresas com maiores índices de valor de mercado em relação ao valor contábil, possuem maiores níveis de evidenciação de informações socioambientais. Tal aspecto está de certa forma, em consonância com o estudo de Qiu, Shaukat e Tharyan (2016), onde os autores constataram que companhias com maiores divulgações de informações sociais, detinham valores de mercado mais elevados.

Um comportamento diferente pode ser percebido na variável do retorno sobre ativos (ROA), que apresentou coeficientes negativos e significativos (ao nível de 10%) nos três modelos. Portanto, pode-se dizer que valores maiores de ROA influenciam de forma negativa no nível de evidenciação das informações pesquisadas. Este achado converge com o estudo de Correa *et al.* (2017) que analisou o *disclosure* ambiental de 34 companhias norte-americanas de capital aberto com ações negociadas na *New York Stock Exchange* (NYSE) e constatou que a variável de rentabilidade (ROA) estava negativamente relacionada com a divulgação de informações socioambientais. Divergente do achado de Mazzioni, Cofsevicz, Moura, Macêdo e Krüger (2017) no qual, para a variável rentabilidade foram percebidos coeficientes positivos e significativos em relação à evidenciação socioambiental das empresas, indicando que companhias mais rentáveis estão mais propensas e comprometidas com a responsabilidade socioambiental.

Ainda, a negociação de ações em bolsas estrangeiras (EXTERIOR) e o crescimento de vendas (CV) apresentaram coeficientes positivos, mas estes também não foram estatisticamente significativos. Portanto, não é possível fazer inferências em relação as suas influências na variável dependente.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A justificativa para a não influência das conexões políticas, sobre o nível de evidenciação socioambiental neste estudo pode consistir no fato de que, o Brasil é caracterizado com um país *code law*, com mercado de ações em desenvolvimento e ambiente institucional considerado, relativamente, fraco (Mazzioni *et al.*, 2017). Tal inferência foi averiguada no estudo de Zhang (2017), no qual se percebeu que o efeito positivo das conexões políticas sobre a evidenciação de informações de responsabilidade ambiental corporativa, possui maior propensão de ocorrência em ambientes marcados por regras e regulamentos rigorosos que assegurem o direcionamento do comportamento das empresas neste sentido, ou seja, em ambientes onde o desenvolvimento institucional é forte. Portanto, as conexões políticas provavelmente, não terão um efeito positivo sobre a divulgação de

informações de caráter socioambiental no caso de empresas inseridas em ambientes institucionais fracos.

Ainda é possível inferir que a influência percebida neste estudo dos fatores participação no ISE (ISE), tamanho das empresas (TAM) e atuação da organização em segmento regulamentado (REGULADO), sobre o nível de evidenciação socioambiental, apresenta-se em conformidade com a Teoria da Legitimidade. Tal teoria pressupõe a existência de um contrato, firmado implicitamente entre a sociedade e as organizações, sendo que estas últimas estão em constante procura pela adequação de suas atividades aos parâmetros e expectativas sociais (Araújo, Lagióia, Soeiro & Santos, 2017).

Nesse aspecto, as organizações com características percebidas pela sociedade, capazes de influenciar diretamente o ambiente em que atuam, têm uma tendência maior para uma quantidade relevante de divulgação de informações socioambientais (Sampaio *et al.*, 2012). Desse modo, empresas de maior porte, possuem maior capacidade em impactar na comunidade em que estão inseridas (Rover *et al.*, 2012), utilizando-se da divulgação socioambiental para garantir sua legitimidade perante a sociedade. Da mesma forma, as companhias pertencentes à carteira ISE tendem a evidenciar mais informações de caráter sustentável (Rover *et al.*, 2012), a fim de confirmar suas ações para com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Vale destacar que a crescente pressão da sociedade por informações de caráter social e ambiental das empresas, pode advir da comunidade em que a organização está localizada, por determinação de legislação imposta pelo governo, de fornecedores, clientes, como também, de órgãos regulamentadores específicos (Beuren, Hein & Boff, 2011). Assim, as empresas pertencentes a setores regulamentados, podem utilizar-se da divulgação de informações socioambientais para confirmarem suas ações perante os interessados em geral e principalmente, aos seus entes fiscalizadores.

Sendo assim, a Teoria da Legitimidade, pode ser considerada a lente de análise para as pesquisas sobre evidenciação de informações socioambientais. Por meio de suas premissas é possível entender e explicar o comportamento das empresas diante da pressão exercida pela sociedade, bem como, as estratégias adotadas, a fim de se manterem legítimas no ambiente em que atuam (Degenhart, Vogt, Hein, & Rosa, 2016). Portanto, a evidenciação de informações socioambientais realizada pelas empresas, pode facilitar o processo de legitimação perante a sociedade, desde que, o conjunto organizacional de regras e valores esteja em consonância ao que o sistema social julga como adequado (Czesnat & Machado, 2012).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar a influência das conexões políticas na evidenciação de informações socioambientais em companhias abertas listadas na B3. Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa. Para determinar o nível de evidenciação de informações socioambientais foram analisados os relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas no ano de 2016. Em relação às conexões políticas, identificaram-se as empresas com participação acionária de político ou do governo em 2014 e, da mesma forma, as empresas que realizaram doações às campanhas eleitorais em 2014, ano que corresponde ao último período eleitoral ocorrido. A amostra da pesquisa corresponde a 370 empresas brasileiras de capital aberto.

De acordo com os achados, em média, 18% das empresas do estudo realizaram doações a candidatos para campanhas eleitorais em 2014 e 10% das empresas da amostra

apresentaram participação acionária do governo. Quanto à evidenciação de informações socioambientais, percebeu-se que a maioria do repasse informacional corresponde aos dados qualitativos, em detrimento aos dados quantitativos e monetários, também relevantes para análise da reputação e atuação empresarial por parte dos interessados nas organizações.

As influências averiguadas do tamanho (TAM), participação da empresa na carteira ISE (ISE) e atuação da empresa em segmento regulamentado (REGULADO), sobre o nível de evidenciação socioambiental, podem ser explicadas pela Teoria da Legitimidade. Entende-se que organizações de grande porte possuem características influenciadoras sobre as comunidades em que atuam, utilizando da divulgação de informações para tornarem legítimas suas práticas empresariais perante os seus interessados. De forma similar, as empresas que compõem a carteira ISE ou atuantes em segmentos fiscalizados por agências regulamentadoras específicas, possuem cobranças diferenciadas sobre suas posturas socioambientais, podendo utilizar a evidenciação de informações para alcançar, manter ou recuperar a legitimidade de suas atividades frente à sociedade em geral.

Atendendo ao intuito principal desta pesquisa, verificou-se que as conexões políticas não apresentaram influência estatisticamente significativa sobre o nível de evidenciação informacional analisado, constatando-se coeficientes negativos. Desse modo, não é possível afirmar o real efeito das conexões políticas sobre o índice de divulgação socioambiental, mas há indícios de uma influência negativa nesse âmbito. A justificativa para tais apontamentos consiste no fato de que o Brasil possui um ambiente institucional fraco, com regulamentações deficitárias que garantam a atuação das empresas para práticas de responsabilidade social corporativa. O aspecto apresentado no estudo de Zhang (2017), de que as conexões políticas não terão um efeito positivo sobre a divulgação de informações ambientais, em empresas inseridas em ambientes legais fracos, sustenta a justificativa dada a este achado.

O estudo adotou nova abordagem em relação aos possíveis efeitos advindos das conexões políticas, considerando que poucas pesquisas nacionais tratam sobre o reflexo deste fator, sobre a evidenciação de informações socioambientais. Vale destacar, a relevância da discussão sobre ambas as temáticas, considerando o atual contexto político brasileiro e a necessidade cada vez maior da sociedade estar ciente sobre as práticas e possíveis efeitos das atividades empresariais sobre seu cotidiano.

Dentre as limitações da pesquisa, pode-se mencionar a subjetividade envolvida na coleta referente ao nível de evidenciação socioambiental, feita com base nos relatórios de sustentabilidade das empresas, na qual, os autores utilizaram suas análises e interpretações para determinar tal índice.

Para futuras pesquisas, sugere-se a averiguação dos efeitos causados pela magnitude das doações às campanhas políticas sobre as práticas de responsabilidade social corporativa. Adicionalmente, outras formas de mensuração das conexões políticas e da RSC podem ser estabelecidas, constituindo-se em maneiras factíveis de serem exploradas e comparadas com a postura empresarial repassada à sociedade.

REFERÊNCIAS

- Araújo, J. G. N., Lagióia, U. C. T., Soeiro, T. M., & Santos, A. A. (2017). Um estudo sobre as evidenciações contábeis dos governos do Distrito Federal e dos estados brasileiros sob a ótica da teoria da legitimidade e dos custos políticos. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(1), 85-104. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v36i1.31554>
- Beuren, I. M., Hein, N., & Boff, M. L. (2011). Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom versus geração familiar gestora de empresas familiares. *Revista*

- Iberoamericana de Contabilidad de Gestión*, 9(17), 1-20. Recuperado em 7 novembro, 2017, de <http://www.observatorio-iberoamericano.org>
- Bozzolan, S., & Ipino, E. (2007). Information asymmetries and IPO underpricing: the role of voluntary disclosure of forward-looking information in the prospectus. *Social Science Research Network*. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.999518>
- Brey, N. K., Camilo, S. P. O., Marcon, R., & Alberton, A. (2011). A estrutura de propriedade das corporações: conexões políticas sob a perspectiva da dependência de recursos—um ensaio teórico. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 10(3), 126-146. DOI: <http://dx.doi.org/10.5585/riae.v10i3.1791>
- Camilo, S. P. O., Marcon, R., & Bandeira-de-Mello, R. (2012). Conexões políticas das firmas e seus efeitos na performance: uma convergência entre as perspectivas da governança e da dependência de recursos—um ensaio teórico. *Revista Alcance*, 19(2). DOI: <http://dx.doi.org/10.14210/alcance.v19n2.p241-258>
- Camilo, S. P. O., Marcon, R., & Bandeira-de-Mello, R. (2012). Conexões políticas e desempenho: um estudo das firmas listadas na BM&FBovespa. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 16(6), 806-826. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-6552012000600003>
- Cheng, Z., Wang, F., Keung, C., & Bai, Y. (2017). Will corporate political connection influence the environmental information disclosure level? Based on the panel data of A-shares from listed companies in shanghai stock market. *Journal of Business Ethics*, 143(1), 209-221. DOI: <http://doi.org/10.1007/s10551-015-2776-0>
- Claessens, S., Feijen, E., & Laeven, L. (2008). Political connections and preferential access to finance: The role of campaign contributions. *Journal of financial economics*, 88(3), 554-580. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jfineco.2006.11.003>
- Correa, J. C., Gonçalves, M. N., Sanches, S. L. R., & Moraes, R. O. (2017). Disclosure socioambiental de empresas norte-americanas listadas na NYSE: características e os possíveis fatores para a divulgação voluntária. *Contabilidade Vista & Revista*, 28(2), 53-77. Recuperado em 15 abril, 2018, de <https://revistas.face.ufmg.br>
- Czesnat, A. O., & Machado, D. D. P. N. (2012). Legitimação na evidenciação de informações socioambientais entre as empresas de telecomunicações listadas na Bovespa. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 9(3), 291-305. DOI: <http://dx.doi.org/10.4013/base.2012.93.07>
- Degenhart, L., Vogt, M., Hein, N., & Rosa, F. S. (2016). Ranking setorial do grau de evidenciação ambiental das empresas brasileiras listadas no IBrX-100. *REGE-Revista de Gestão*, 23(4), 326-337. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rege.2016.07.002>
- Dias Filho, J. M. (2007, setembro). Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. *Anais do EnANPAD*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31. Recuperado em 22 novembro, 2017, de <http://www.anpad.org.br>
- Dicko, S., Khemakhem, H., & Zogning, F. (2019). Political connections and voluntary disclosure: the case of Canadian listed companies. *Journal of Management and Governance*, 1-26. DOI: <http://doi.org/10.1007/s10997-019-09471-3>
- Ding, R., Li, J., & Wu, Z. (2018). Government affiliation, real earnings management, and firm performance: The case of privately held firms. *Journal of Business Research*, 83, 138-150. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.10.011>
- Elkington, J. (2012). *Sustentabilidade, canibais com garfo e faca* (1a ed.). São Paulo: M. Books do Brasil.
- Faccio, M. (2006). Politically connected firms. *American economic review*, 96(1), 369-386. DOI: <http://dx.doi.org/10.1257/000282806776157704>

- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões* (1a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Freitas, B. F.G., & Freire, F.S. (2017). Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1), 77-92. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i1.13399
- Frías-Aceituno, J. V., Rodríguez-Ariza, L., & García-Sánchez, I. M. (2013). Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study. *Journal of cleaner production*, 44 (1), 45-55. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.12.006>
- Gaio, C. (2010). The relative importance of firm and country characteristics for earnings quality around the world. *European accounting review*, 19(4), 693-738. DOI: <https://doi.org/10.1080/09638180903384643>
- Gu, H., Ryan, C., Bin, L., & Wei, G. (2013). Political connections, guanxi and adoption of CSR policies in the Chinese hotel industry: Is there a link? *Tourism Management*, 34, 231-235. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.01.017>
- Haider, Z.A., Liu, M., Wang, Y., & Zhang, Y. (2017). Government ownership, financial constraint, corruption, and corporate performance: International evidence. *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, 53, 76-93. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.intfin.2017.09.012>
- Huang, H., & Zhao, Z. (2016). The influence of political connection on corporate social responsibility-evidence from listed private companies in China. *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 1(1), 1-19. DOI: <http://doi.org/10.1186/s40991-016-0007-3>
- Lanis, R., & Richardson, G. (2012). Corporate social responsibility and tax aggressiveness: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26(1), 75-100. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513571311285621>
- Lazzarini, S. G. (2011). *Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões* (1a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Leite Filho, G.A., Prates, L.A., & Guimarães, T. N. (2009). Análise os níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no Ano de 2007. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(7), 43-59. Recuperado em 7 novembro, 2017, de <http://www.revistas.usp.br/rco/article/download/34749/37487/0>
- Liedong, T.A., & Rajwani, T. (2018). The impact of managerial political ties on corporate governance and debt financing: Evidence from Ghana. *Long Range Planning*, 51(5), 666-679. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2017.06.006>
- Lin, K. J., Tan, J., Zhao, L., & Karim, K. (2015). In the name of charity: Political connections and strategic corporate social responsibility in a transition economy. *Journal of Corporate Finance*, 32, 327-346. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2014.10.007>
- Lozano, R., & Huisingh, D. (2011). Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 19(2), 99-107. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2010.01.004>
- Macedo, J. M.A., Silva, C. A. T., & Machado, M. A. V. (2015). Conexões políticas e as empresas brasileiras: um estudo experimental sobre as decisões de investimento no mercado de capitais. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 8(2), 157-178. DOI: <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2015080202>
- Mazzioni, S., Cofsevicz, C.M., Moura, G. D., Macêdo, F. F. R. R., & Krüger, S. D. (2017). Influência da governança corporativa na evidenciação voluntária de informações de

- natureza socioambiental. *Revista Organizações em Contexto*, 13(26), 311-338. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v13n26p311-338>
- Murcia, F.D.R. (2009). *Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/T.12.2009.tde-16122009-121627>. Recuperado em 13 abril, 2018, de www.teses.usp.br
- Murcia, F.D.R., & Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(2), 72-95. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v3i2.68>
- Muttakin, M.B., Mihret, D.G., & Khan, A. (2018). Corporate political connection and corporate social responsibility disclosures: A neo-pluralist hypothesis and empirical evidence. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(2), 725-744. DOI: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2015-2078>
- Nichi, J. (2016). *Governança e relatório integrado: discursos e práticas da sustentabilidade corporativa*. Dissertação de Mestrado, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.100.2016.tde-02032016-172903>. Recuperado em 13 abril, 2018, de www.teses.usp.br
- Perez Júnior, J.H.; Olivieri Neto, R.O.; Silva, C. A. S. (2014). *Relatório Integrado: integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos*. (1a ed.). São Paulo: Atlas.
- Pinheiro, B.G., Luca, M. M. M., & Vasconcelos, A. C. (2016). Conexões políticas nas maiores companhias listadas na BM&FBovespa. *REAd-Revista Eletrônica de Administração*, 22(2), 394-418. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.1622015.60360>
- Pinho, R., & Carneiro, C. (2014, dezembro). Os fatores determinantes da divulgação do Relatório Integrado nas empresas listadas na Ibovespa em 2012. *Anais do Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, São Paulo, SP, Brasil, 16. Recuperado em 13 abril, 2018, de <http://www.engema.org.br/16/anais-xvi-engema/>
- Qiu, Y., Shaukat, A., & Tharyan, R. (2016). Environmental and social disclosures: Link with corporate financial performance. *The British Accounting Review*, 48(1), 102-116. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.10.007>
- Ricardo, V.S., Barcellos, S.S., & Bortolon, P. M. (2017). Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: Fatores determinantes de divulgação. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(1), 90-104. DOI: <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v11i1.1233>
- Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. D. R., & Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração (São Paulo)*, 47(2), 217-230. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-21072012000200005>.
- Sampaio, M.S., Gomes, S. M. S., Bruni, A. L., & Dias Filho, J. M. (2012). Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 8(1), 105-122. DOI: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20128>
- Santos, A. C., Marcello, I. E., Zonatto, V. C. S., & Toledo Filho, J. R. (2012). Gerenciamento de resultados: Investigação de sua ocorrência em empresas de setores regulados no Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 6(3), 04-16. Recuperado em 7 de novembro, 2017, de <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/5986>

- Siegel, D.S. (2009). Green management matters only if it yields more green: An economic/strategic perspective. *The Academy of Management Perspectives*, 5-16. DOI: <https://doi.org/10.5465/AMP.2009.43479260>
- Silva, M.C.C.A. (2014). *Tendências e desafios da integração de informações financeiras e de sustentabilidade de quatro empresas brasileiras que adotam o modelo do Relatório Integrado em 2014*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 7 novembro, 2017, de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/1582>
- Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2004). *Contabilidade e gestão ambiental* (1a ed.). São Paulo: Atlas.
- Transparência Internacional (2017). Índice de Percepção da Corrupção. Disponível em: <https://www.ipc.transparenciainternacional.org.br/>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- Zhang, C. (2017). Political connections and corporate environmental responsibility: Adopting or escaping? *Energy Economics*, 68, 539-547. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eneco.2017.10.036>

AGRADECIMENTO

A autora Sirlene Koprowski agradece ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC) - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudo que contribuiu para a realização desta pesquisa.

Influence of Political Connections on the Disclosure of Social and Environmental Information

ABSTRACT

Objective: To analyze the influence of political connections on the disclosure of social and environmental information.

Method: The survey sample is composed of 370 companies listed on B3. To determine the level of socio-environmental disclosure, the sustainability reports for 2016 were analyzed, based on the guidelines of the Integrated Report (IR). As for the political connections, the existence of political or government shareholding in companies was analyzed, as well as the donations made by the companies to the electoral campaigns, both in 2014.

Originality / Relevance: The discussion in the national academic environment about the reflexes caused by the connections established between companies and government, especially considering the socio-environmental disclosure as the affected side, is still incipient.

Results: The results do not allow to assess the real effect of the political connections on the socio-environmental disclosure index, but there are indications of a negative influence in this scope. The influence of size, company participation in the ISE portfolio and the company's performance in a regulated segment, on the level of social and environmental disclosure, are explained by the Theory of Legitimacy.

Theoretical/methodological contributions: There are indications that, in Brazil, the effect of political connections on socio-environmental disclosure may be negative, due to the weak institutional environment, with deficient rules and regulations. It is important to pass on this information, given the growing economic, social and environmental impact of companies in the region in which they operate and in society.

Keywords: Political Connection; Government; Social and Environmental Disclosure; Sustainability Report.

Sirlene Koprowski 

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Santa Catarina, Brasil
E-mail: sirlene.koprowski@unochapeco.edu.br

Marcelo Nardi 


Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Santa Catarina, Brasil
E-mail: mcenardi@unochapeco.edu.br

Denise Isabel Rizzi 

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, Brasil
E-mail: deniserizzi@unochapeco.edu.br

Sady Mazzioni 

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Santa Catarina, Brasil
E-mail: sady@unochapeco.edu.br

Geovanne Dias de Moura 

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Santa Catarina, Brasil
E-mail: geomoura@terra.com.br

Received: February 11, 2019

Revised: May 21, 2019

Accepted: July 08, 2019

Published: August 31, 2019

